



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do DEPUTADO PEDRO LUCAS FERNANDES

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019

(do Sr. Pedro Lucas Fernandes)

Requer a realização de audiência pública com a participação de representantes do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Agência Espacial Brasileira e da Embaixada Americana a fim de debatermos o acordo de salvaguarda entre o Brasil e os Estados Unidos que permite o uso da base de lançamento de foguetes em Alcântara.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 24, III, c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a participação de representantes do **Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Agência Espacial Brasileira e da Embaixada Americana** a fim de debatermos o acordo de salvaguarda entre o Brasil e os Estados Unidos que permite o uso da base de lançamento de foguetes em Alcântara.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 1º de março de 1983 foi inaugurado o Centro de Lançamento de Alcântara, localizado na península de Alcântara, no Maranhão, e é operada pela Agência Espacial Brasileira (AEB).

A sua posição estratégica facilita o acesso área e marítimo, a proximidade com a linha do equador representa economia de combustível, uma vez que a velocidade de rotação da Terra gera um impulso extra nos lançamentos.

Diante dessas qualidades, desde 2000, quase 20 anos de tratativas, os Estados Unidos e o Brasil negociam um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que permite o uso comercial da base de Alcântara, no Maranhão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do DEPUTADO PEDRO LUCAS FERNANDES

O chamado “Acordo de Salvaguardas Tecnológicas”, ou AST, é uma iniciativa que atende aos interesses do Programa Espacial Brasileiro e que poderá dar ensejo à geração de recursos, capacitação, progresso e aprofundamento das atividades espaciais.

Em 2002 o tema foi colocado em pauta no Congresso Nacional, contudo o AST foi rejeitado. O assunto voltou à tona em maio do ano passado, e neste ano o Brasil fechou acordo com os Estado Unidos sobre a base de Alcântara.

Conforme matéria do site terra¹:

“O acordo de salvaguardas tecnológicas prevê a proteção de conteúdo com tecnologia americana usado no lançamento de foguetes e mísseis a partir da base de Alcântara. Atualmente, 80% do mercado espacial usa tecnologia americana e, portanto, a ausência de um acordo de proteção limita o uso da base brasileira. O texto também é um acordo de não proliferação de tecnologias de uso dual - quando as tecnologias podem ser usadas tanto para fins civis como militares, caso do lançamento de mísseis.

Além dos recursos, o embaixador afirma que o acordo abre portas para uma série de parcerias empresariais no setor e coloca o País, com mais força, no debate sobre cooperação espacial”.

É de suma importância debatermos o assunto, pois, o trato entre os países estimulará o programa espacial brasileiro, visto que o insumo tecnológico para o desenvolvimento de satélites e foguetes provém dos EUA.

Assim, peço a contribuição dos nobres pares para aprovarmos a realização dessa audiência pública.

Sala das Comissões, em 15 de março de 2019.

Deputado Pedro Lucas Fernandes
PTB/MA

¹ “Brasil e EUA fecham acordo sobre Alcântara. Disponível: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/brasil-e-eua-fecham-acordo-sobre-alcantara,23eb025ba660a46372e0aee3272d0637llu0wv1x.html>. Acessado em: 15/03/2019.”